

DANIEL AMORIM
ASSUMPTÃO
NEVES

MANUAL DE

PROCESSO COLETIVO

volume único

2021

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

5ª | revista
edição | atualizada
ampliada



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

* A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

N511m Neves, Daniel Amorim Assumpção.
Manual de processo coletivo: volume único / Daniel Amorim Assumpção Neves. –
5. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2021.
576 p.

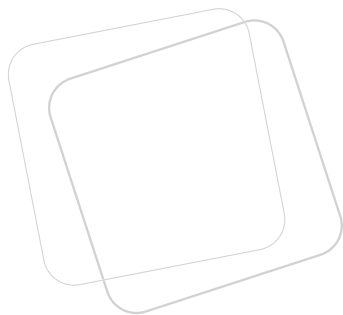
Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-620-4

1. Direito Processual Civil. 2. Processo Coletivo. I. Neves, Daniel Amorim Assumpção. II.
Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	31
1. BREVE HISTÓRICO	35
1.1. Países da família da <i>civil law</i>	35
1.2. Países da família da <i>common law</i>	36
1.3. Evolução do processo coletivo no Brasil	37
2. TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA	39
2.1. Introdução	39
2.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva	41
2.3. Microsistema Coletivo	43
2.3.1. Conceito	43
2.3.2. Casuística	47
2.4. Marcos legislativos	50
3. LEGISLAÇÃO VIGENTE	55
3.1. introdução	55
3.2. Lei das Pessoas com Deficiência (Lei 7.853/1989)	55
3.3. Lei de defesa dos investidores do mercado de valores mobiliários (Lei 7.913/1989)	57
3.4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)	58
3.5. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992)	60
3.6. Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003)	66
3.7. Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)	67
3.8. Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009)	69
3.9. Lei de defesa da ordem econômica (Lei 12.529/2011)	70
3.10. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)	72
3.11. Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300/2016)	76
4. ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO	81
4.1. Processo coletivo comum	81
4.1.1. Introdução	81

4.1.2.	Ação popular	83
4.1.2.1.	Hipóteses de cabimento	83
4.1.2.2.	Ilegalidade e lesividade do ato administrativo	88
4.1.3.	Mandado de segurança coletivo	90
4.1.3.1.	Requisitos comuns de cabimento do mandado de segurança individual e coletivo	90
4.1.3.2.	Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo	93
4.1.4.	Ação de improbidade administrativa	94
4.1.4.1.	Patrimônio público e moralidade administrativa	94
4.1.4.2.	Natureza civil da ação de improbidade administrativa	94
4.1.5.	Ação civil pública	106
4.1.6.	Mandado de injunção coletivo	107
4.2.	Processo coletivo especial	112
4.2.1.	Introdução	112
4.2.2.	Ação direta de inconstitucionalidade	113
4.2.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	113
4.2.4.	Ação declaratória de constitucionalidade	115
4.2.5.	Ação de descumprimento de preceito fundamental	116
4.2.5.1.	Objeto da impugnação	116
4.2.5.2.	Caráter subsidiário	119
4.3.	Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas)	120
4.4.	Ações pseudoindividuais	121
5.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	129
5.1.	Acesso à ordem jurídica justa	129
5.2.	Princípio da participação	133
5.3.	Ativismo judicial	135
5.3.1.	Sistemas processuais dispositivo e inquisitivo	135
5.3.2.	Sistema processual no processo coletivo e poderes do juiz	136
5.3.3.	Processo coletivo e a implementação de políticas públicas	139
5.3.4.	Dever do juiz na prática de atos processuais (prazos impróprios)	143
5.4.	Contraditório	146
5.5.	Economia processual	149
5.6.	Interesse no julgamento de mérito	151
5.6.1.	Princípio de teoria geral do processo	151
5.6.2.	Especificamente o processo coletivo	153
5.6.2.1.	Introdução	153
5.6.2.2.	Sucessão na hipótese de ilegitimidade ativa	153

5.6.2.3.	Fungibilidade	154
5.6.2.4.	Cumulação de pedidos na ação de improbidade administrativa	157
5.6.3.	Interesse no melhor julgamento de mérito possível	158
5.7.	Disponibilidade motivada	159
5.8.	Obrigatoriedade de promoção da defesa dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> ? ..	165
5.9.	Obrigatoriedade da execução	166
5.10.	Não taxatividade da tutela coletiva	168
5.11.	Competência adequada	170
6.	DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO	173
6.1.	Direitos ou interesses?	173
6.2.	Direito difuso	175
6.3.	Direito coletivo	177
6.4.	Direitos individuais homogêneos	179
6.5.	Direitos individuais indisponíveis	182
6.6.	Identities e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	185
7.	COMPETÊNCIA	189
7.1.	Introdução	189
7.2.	Competência da Justiça brasileira	190
7.3.	Competência originária dos tribunais superiores e órgãos atípicos	191
7.3.1.	Processo coletivo especial	191
7.3.2.	Ação popular e ação civil pública	191
7.3.3.	Ação de improbidade administrativa	192
7.3.4.	Mandado de injunção coletivo	194
7.3.5.	Mandado de segurança coletivo	195
7.3.6.	Processo de impedimento	195
7.4.	Competência de Justiça Especializada	195
7.5.	Competência da Justiça Comum	196
7.6.	Regra de competência absoluta	199
7.6.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?	199
7.6.2.	Local do dano	200
7.6.3.	ECA e Estatuto do Idoso	203
7.6.4.	Mandado de segurança coletivo	203
7.6.5.	Ação popular	204
7.6.6.	Ação de improbidade administrativa	206
7.7.	Competência de juízo	207

8. LEGITIMIDADE	209
8.1. Espécies de legitimidade	209
8.2. Legitimados ativos	211
8.2.1. Cidadão	211
8.2.2. Ministério Público	216
8.2.3. Associação	221
8.2.3.1. Introdução	221
8.2.3.2. Constituição nos termos da lei civil há pelo menos um ano	222
8.2.3.3. Pertinência temática	223
8.2.3.4. Representação adequada (<i>adequacy of representation</i>)	224
8.2.3.4.1. Introdução	224
8.2.3.4.2. Sistema <i>ope iudicis</i> (<i>common law</i>)	225
8.2.3.4.3. Sistema <i>ope legis</i> (<i>civil law</i>)	226
8.2.3.4.4. Situação atual no Brasil	228
8.2.3.5. Legitimidade extraordinária ou representação processual?	229
8.2.4. Pessoas jurídicas da administração pública	232
8.2.5. Defensoria Pública	235
8.3. Legitimação ativa no mandado de segurança coletivo	243
8.4. Legitimação ativa na ação de improbidade administrativa	246
8.4.1. Introdução	246
8.4.2. Pessoa jurídica interessada	246
8.4.3. Ministério Público	248
8.5. Processo coletivo especial	250
8.6. Legitimados passivos	254
8.6.1. Introdução	254
8.6.2. Ação popular	255
8.6.3. Ação de improbidade administrativa	257
8.6.4. Mandado de segurança coletivo	258
8.6.5. Legitimação passiva no processo coletivo especial	262
8.7. Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público	265
8.7.1. Ação popular	265
8.7.2. Ação de improbidade administrativa	267
8.8. Classificação da legitimidade e litisconsórcio	269
9. RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL	271
9.1. Introdução	271

9.2.	Litispêndênciã	271
9.3.	Conexãõ e continênciã	273
9.3.1.	Conceito	273
9.3.2.	Objetivos pretendidos com a reuniãõ de ações conexas	274
9.3.3.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reuniãõ de processos em razãõ da conexãõ	275
9.3.4.	Matéria de ordem pùblica	276
9.3.5.	Especificamente na relaçaõ entre açãõ coletiva e individual	276
9.4.	Suspensãõ do processo individual	278
9.5.	Extinçaõ do processo individual	280
10.	PARTICIPAÇAõ DO MINISTÉRIO PÙBLICO	283
10.1.	Parte	283
10.1.1.	Polo ativo	284
10.1.2.	Polo passivo	284
10.1.3.	Liticonsórcio	286
10.2.	Fiscal da ordem jurìdica	286
10.2.1.	Mandado de segurança coletivo	288
10.2.2.	Açaõ popular	289
10.3.	Sucessãõ processual	293
11.	LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇAõ DE TERCEIROS	295
11.1.	Liticonsórcio	295
11.2.	Liticonsórcio no polo ativo	296
11.2.1.	Facultativo	296
11.2.2.	Unitário	297
11.2.3.	Liticonsórcio ativo ulterior?	298
11.2.3.1.	Processo coletivo comum	298
11.2.3.2.	Processo coletivo especial	301
11.3.	Liticonsórcio no polo passivo	303
11.3.1.	Introduçaõ	303
11.3.2.	Açaõ popular	303
11.3.3.	Açaõ de improbidade administrativa	304
11.4.	Indivìduo como "liticonsorte" nas ações coletivas de direito individual homogêneo	305
11.5.	Intervençaõ de terceiros	307
11.6.	Assistênciã	308
11.6.1.	Assistênciã simples	308
11.6.2.	Assistênciã liticonsorcial	309

11.7.	Denúnciação da lide	310
11.7.1.	Denúnciação da lide no Código de Defesa do Consumidor	311
11.7.1.1.	Introdução	311
11.7.1.2.	Razões da vedação legal	311
11.7.1.2.1.	Introdução	311
11.7.1.2.2.	Retardamento procedimental	312
11.7.1.2.3.	Nova causa de pedir em razão da denúnciação da lide	314
11.7.1.2.4.	Abrangência da vedação legal	316
11.8.	Chamamento ao processo	317
11.8.1.	Espécie atípica de chamamento ao processo	317
11.8.1.1.	Ação diretamente proposta contra a seguradora	318
11.9.	<i>Amicus curiae</i>	319
11.9.1.	Introdução	319
11.9.2.	Interesse institucional	320
11.9.3.	Requisitos	321
11.9.4.	Aspectos procedimentais	323
11.10.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	324
11.10.1.	Introdução	324
11.10.2.	Momento	326
11.10.3.	Procedimento	326
11.10.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa)	329
11.10.5.	Recorribilidade	332
11.10.6.	Fraude à execução	333
12.	RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS	335
12.1.	Introdução	335
12.2.	Conexão e continência	336
12.2.1.	Conceito e efeito	336
12.2.2.	Determinação do juízo prevento	337
12.2.3.	Prejudicialidade externa	338
12.3.	Litispendência e seu efeito	339
12.4.	Limitação territorial do art. 16 da LACP	341
12.5.	Indevida confusão entre continência e litispendência parcial	342
13.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	345
13.1.	Recursos e sucedâneos recursais	345
13.2.	Cabimento	346

13.2.1.	Introdução	346
13.2.2.	Ação popular	347
13.2.3.	Mandado de segurança coletivo	348
13.2.4.	Processo coletivo especial	349
13.3.	Legitimidade recursal	351
13.3.1.	Introdução	351
13.3.2.	Ação popular	352
13.3.3.	Mandado de segurança coletivo	353
13.4.	Efeitos	354
13.4.1.	Introdução	354
13.4.2.	Ação civil pública	354
13.4.3.	Ação popular	356
13.5.	Desistência e renúncia	358
13.6.	Reexame necessário	362
13.6.1.	Introdução	362
13.6.2.	Ação popular	363
13.6.3.	Mandado de segurança coletivo	364
13.7.	Ação rescisória	365
13.7.1.	Introdução	365
13.7.2.	Processo coletivo comum	367
13.7.3.	Processo coletivo especial	368
13.8.	Pedido de suspensão de segurança	370
14.	COISA JULGADA	377
14.1.	Introdução	377
14.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	377
14.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	382
14.4.	Limitação territorial da coisa julgada	384
14.5.	Coisa julgada na ação de improbidade administrativa	389
14.6.	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	389
15.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	393
15.1.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	393
15.2.	Natureza jurídica da liquidação	394
15.3.	Legitimidade ativa	396
15.4.	Competência	396
15.5.	Espécies de liquidação de sentença	398
15.6.	Direito difuso e coletivo	400

15.7.	Direito individual homogêneo	400
15.8.	Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo	401
16.	EXECUÇÃO	403
16.1.	Introdução	403
16.1.1.	Processo de execução e cumprimento de sentença	403
16.1.2.	Execução por sub-rogação e indireta	406
16.2.	Legitimidade ativa	412
16.3.	Direitos difusos e coletivos	414
16.4.	Direitos individuais homogêneos	415
16.4.1.	Introdução	415
16.4.2.	Execução por <i>fluid recovery</i>	415
16.4.3.	Legitimidade	419
16.5.	Regime jurídico das despesas e custas processuais	421
17.	TUTELA PROVISÓRIA	423
17.1.	Introdução	423
17.2.	Tutela antecipada	425
17.3.	Liminar	428
17.3.1.	Processo coletivo comum	431
17.3.2.	Mandado de segurança coletivo	433
17.3.2.1.	Natureza jurídica	433
17.3.2.2.	Prestação de garantia para a concessão da liminar	435
17.3.2.3.	Comunicações	436
17.3.2.4.	Vedação à concessão de liminares	437
17.3.2.5.	Efeitos da liminar	437
17.3.2.6.	Perempção ou caducidade da liminar	439
17.4.	Cautelar	441
17.4.1.	Processo coletivo comum	441
17.4.2.	Cautelares nominadas na Lei de Improbidade Administrativa	442
17.4.2.1.	Introdução	442
17.4.2.2.	Indisponibilidade de bens	443
17.4.2.2.1.	Natureza jurídica	443
17.4.2.2.2.	Atos de improbidade e indisponibilidade	445
17.4.2.2.3.	Legitimidade ativa	446
17.4.2.2.4.	Objeto da garantia	448
17.4.2.2.5.	Limites impostos ao ato de constrição	450
17.4.2.2.6.	Forma de pedido de indisponibilidade	452

17.4.2.2.7.	Concessão liminar de medida cautelar	453
17.4.2.2.8.	Requisitos para a concessão	454
17.4.2.2.9.	Prazo para a propositura da ação principal	455
17.4.2.3.	Sequestro	457
17.4.2.3.1.	Natureza jurídica	457
17.4.2.3.2.	Atos de improbidade e sequestro	460
17.4.2.3.3.	Legitimidade ativa	460
17.4.2.3.4.	Objeto de constrição	461
17.4.2.3.5.	Limites impostos ao ato de constrição	461
17.4.2.3.6.	Forma do pedido de sequestro	462
17.4.2.3.7.	Concessão liminar	462
17.4.2.3.8.	Requisitos para a concessão	463
17.4.2.3.9.	Prazo para a propositura da ação principal	463
17.4.2.4.	Afastamento provisório do cargo, emprego ou função	464
17.4.2.4.1.	Natureza jurídica	464
17.4.2.4.2.	Requisitos para a concessão	465
17.4.2.4.3.	Tempo de duração	466
17.4.2.4.4.	Sujeitos passivos da medida	467
17.4.2.4.5.	Excepcionalidade do pedido	468
17.4.3.	Processo coletivo especial	469
17.4.3.1.	Ação direta de inconstitucionalidade	469
17.4.3.2.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	473
17.4.3.3.	Ação declaratória de constitucionalidade	475
17.4.3.4.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	476
17.5.	Tutela da evidência	478
17.5.1.	Introdução	478
17.5.2.	Hipóteses de cabimento	479
17.5.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito pro- telatório do réu	479
17.5.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores	481
17.5.2.3.	Prova documental em ação reipersecutória	482
17.5.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz	483
17.5.3.	Procedimento	483
18.	MEIOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS	485
18.1.	Introdução	485
18.2.	Jurisdição	485

18.3.	Equivalentes jurisdicionais	486
18.3.1.	Autotutela	486
18.3.2.	Autocomposição	487
18.3.2.1.	Diferentes espécies	487
18.3.2.2.	Termo de ajustamento de conduta	489
18.3.2.3.	Instrumentos extrajudiciais semelhantes ao Termo de Ajustamento de Conduta	494
18.3.2.4.	Transação durante o processo coletivo	495
18.3.2.5.	Acordo de não persecução cível	496
18.3.3.	Mediação	498
18.3.4.	Arbitragem	499
18.3.4.1.	Generalidades	499
18.3.4.2.	Cabimento na tutela coletiva	501
18.3.4.2.1.	Introdução	501
18.3.4.2.2.	Vedação expressa à arbitragem no Código de Defesa do Consumidor	502
19.	GRATUIDADE	503
19.1.	Introdução	503
19.2.	Isenção de adiantamento	503
19.3.	Condenação em verbas de sucumbência	507
20.	INQUÉRITO CIVIL	511
20.1.	Introdução	511
20.2.	Natureza jurídica do inquérito civil	512
20.2.1.	Introdução	512
20.2.2.	Legitimação exclusiva do Ministério Público	512
20.2.3.	Facultatividade	513
20.2.4.	Formalidade restrita (inquisitorialidade) – o problema do contraditório	514
20.2.5.	Publicidade mitigada	516
20.2.6.	Autoexecutoriedade	517
20.3.	Procedimento preparatório	518
20.4.	Procedimento	519
20.4.1.	Introdução	519
20.4.2.	Instauração	520
20.4.3.	Indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil	521
20.4.4.	Instrução	523
20.4.5.	Audiência pública	526

20.4.6. Arquivamento	527
20.4.7. Recomendações	529
20.5. A importância da aproximação entre o inquérito civil e as cautelares probatórias – o valor e a carga da prova produzida	530
21. PROCESSO COLETIVO PASSIVO	533
21.1. Situações jurídicas coletivas passivas	533
21.2. Situações jurídicas coletivas ativas e passivas	534
21.3. Situações jurídicas coletivas passivas e processo coletivo passivo	535
21.3.1. Introdução	535
21.3.2. Dificuldades práticas na adoção do processo coletivo passivo	536
21.3.2.1. Legitimidade	536
21.3.2.2. Coisa julgada	537
21.3.2.3. Demais questões processuais	539
21.4. Ações coletivas passivas originais e derivadas: indevida confusão	542
22. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	545
22.1. Introdução	545
22.2. Decadência	546
22.2.1. Mandado de segurança coletivo	546
22.2.2. Habilitação individual em sentença coletiva de direito individual homogêneo	547
22.3. Prescrição	548
22.3.1. (Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento de danos ao Erário	548
22.3.2. Ação popular	548
22.3.3. Ação de improbidade administrativa	550
22.3.4. Ação civil pública	552
22.4. Prescrição da pretensão individual	553
22.4.1. Pretensão de conhecimento	553
22.4.2. Pretensão executiva	554
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	557